



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

AUTÓGRAFO N 002/2025

Proposio : Projeto de Lei n 002/2025
Autoria : Executivo
Assunto : *Institui o Programa de Recuperao Fiscal – REFIS às pessoas físicas e jurídicas no Município de Guar e dá outras providências.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAR, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuioes legais;

APROVA:

Art. 1 Fica instituído, no Município de Guar, o Programa de Recuperao Fiscal – REFIS, destinado :

I – promover a regularizao de créditos no Município, decorrentes de débitos de contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, relativos a tributos ou autos de infraoes em razão de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2024, constituídos ou não, inscritos ou não em dvida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, tributáveis ou não tributáveis, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos, além dos acordos adimplentes e os autos de infraoes lançados no exercício de 2024, relativos às cobranças de exercícios anteriores.

II – possibilitar a recuperao de créditos dos contribuintes e empresas que estejam devidamente inscritos nos cadastros imobiliários e mobiliários deste município.

Pargrafonico. O REFIS será administrado pela Secretaria de Finanças.

Art. 2 O programa REFIS obriga a preservao dos débitos originais atualizados monetariamente pelo IPCA-IBGE ou outrondice que vier a substituí-lo.

Art. 3 O ingresso no REFIS dar-se- por opo do contribuinte, que fará jus a regime especial de consolidao dos débitos incluídos no Programa, sejam aqueles decorrentes de obrigao própria, sejam os resultantes de responsabilidade tributária, tendo por base a data da opo.

Pargrafonico. A opo será formalizada pelo contribuinte, a qualquer tempo e durante a vigência desta lei, dentro da escala prevista no artigo 4.

Art. 4 Ficam reduzidos os juros e multas, nos percentuais abaixo indicados referentes ao pagamento dos débitos existentes e atualizados monetariamente, nos termos da legislao vigente até a data da



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

opção e que os mesmos sejam recolhidos integralmente, por cadastro, em guia própria, como segue:

I – PARA PAGAMENTO EM PARCELA ÚNICA:

a) **100% (cem por cento)** para o pagamento no ato da adesão.

b) **100% (cem por cento)** de desconto sobre o saldo devedor remanescente dos acordos firmados até 31 de dezembro de 2024, estando adimplente ou inadimplente corrigido pelo IPCA, ajuizados ou não no ato da adesão.

II – PARA PAGAMENTO PARCELADO:

a) **80% (oitenta por cento)** para pagamento em até 12 meses;

a) **70% (setenta por cento)** para pagamento em até 24 meses;

b) **60% (sessenta por cento)** para pagamento de 36 meses;

c) **50% (cinquenta por cento)** para pagamento até 48 meses.

 1. A parcela de entrada não poderá ser inferior a 20%(vinte por cento) do saldo devedor que está sendo parcelado, sendo que as demais parcelas não poderão ser inferior a:

I - R\$ 50,00 (cinquenta reais) mensais para as pessoas físicas;

II - R\$ 75,00 (setenta e cinco reais) mensais para as pessoas jurídicas.

 2. Nos débitos já ajuizados, nos casos de adesão ao Programa REFIS, instituído por esta lei, incidirá o percentual de 10% (dez por cento) a título de honorários advocatícios, acrescido das custas e despesas processuais, cujos respectivos honorários pertencerão aos procurados municipais, nos termos do artigo 85,  2, 14 e 19 do Código de Processo Civil.

 3 O contribuinte que não pagar ao menos 50%(cinquenta por cento) do parcelamento e se tornar inadimplente, não poderá ser beneficiado em REFIS futuros.

Art. 5 Após os vencimentos dos débitos negociados pelo REFIS, as parcelas vencidas e não pagas, sujeitar-se-o  atualizao monetária e demais acréscimos legais, nos termos da legislao vigente.

Art. 6 A opção pelo REFIS sujeita o contribuinte  aceitao plena e irretreatvel de todas as condições estabelecidas nesta Lei e



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

constitui confissão irrevogável e irretreatvel de débito e expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso, bem como desistência dos já interpostos, não dispensando do pagamento das custas, despesas processuais e honorários advoccios.

 1. A opo pelo REFIS também não desobriga o contribuinte do pagamento regular dos demais débitos municipais.

 2. O referido parcelamento poderá ser rescindido caso o contribuinte deixe de efetuar o pagamento do débito em noventa (90) dias de seu vencimento, bem como deverá ser objeto de protesto o montante que estiver em mora, nele podendo se incluir inclusive todas as prestaes vencidas e vincendas.

Art. 7 A opo dar-se-á mediante requerimento do contribuinte ou seu procurador legalmente constituído, através de documento específico, em formulário próprio instituído pelo Setor de Tributos (Secretaria de Finanças e Planejamento), ou pelo pagamento  vista, através de guias próprias dos débitos, também emitidas pelo Setor de Tributos.

Art. 8 A inscrio em órgãos de proteo ao crédito dos débitos vencidos e não pagos previstos nesta Lei, que estejam em qualquer fase de cobrança administrativa ou judicial, desde que inscritos em dvida ativa.

Parágrafo nico. Nas hipóteses de que trata o “caput” deste artigo, o cancelamento do protesto ou da inscrio somente ocorrerá com o pagamento integral do débito e respectivas custas, despesas processuais e honorários advoccios, se houverem.

Art. 9 Para a manuteno no REFIS previsto no Art. 1 desta Lei, o contribuinte deverá estar em dia com os débitos do exercício em curso, até o dia 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo nico. No exercício em que ocorrer a inadimplência de débitos de mesma natureza, o contribuinte será excluído do programa no exercício seguinte, restabelecendo-se os débitos originais.

Art. 10 A execuo do Programa de Recuperao Fiscal – REFIS fica incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias n 2.212, de 02 de julho de 2024, bem como no Plano Plurianual 2022/2025.



Câmara Municipal de Guar

Estado de São Paulo

Art. 11 As despesas com a execução desta Lei ocorrerão por conta do orçamento vigente.

Art. 12 Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, terminando os seus efeitos legais no dia 31 de dezembro de 2025, podendo ser alterado o disposto no inciso I, do art. 1, bem como prorrogada, ambos por Decreto do Executivo.

4

Câmara Municipal de Guar/SP, 16/01/2025.

Francisco Ivancio de Oliveira Silva
Presidente em exercício

Leonildo Aparecido da Silva
1 Secretário

Roberto Dias
2 Secretário